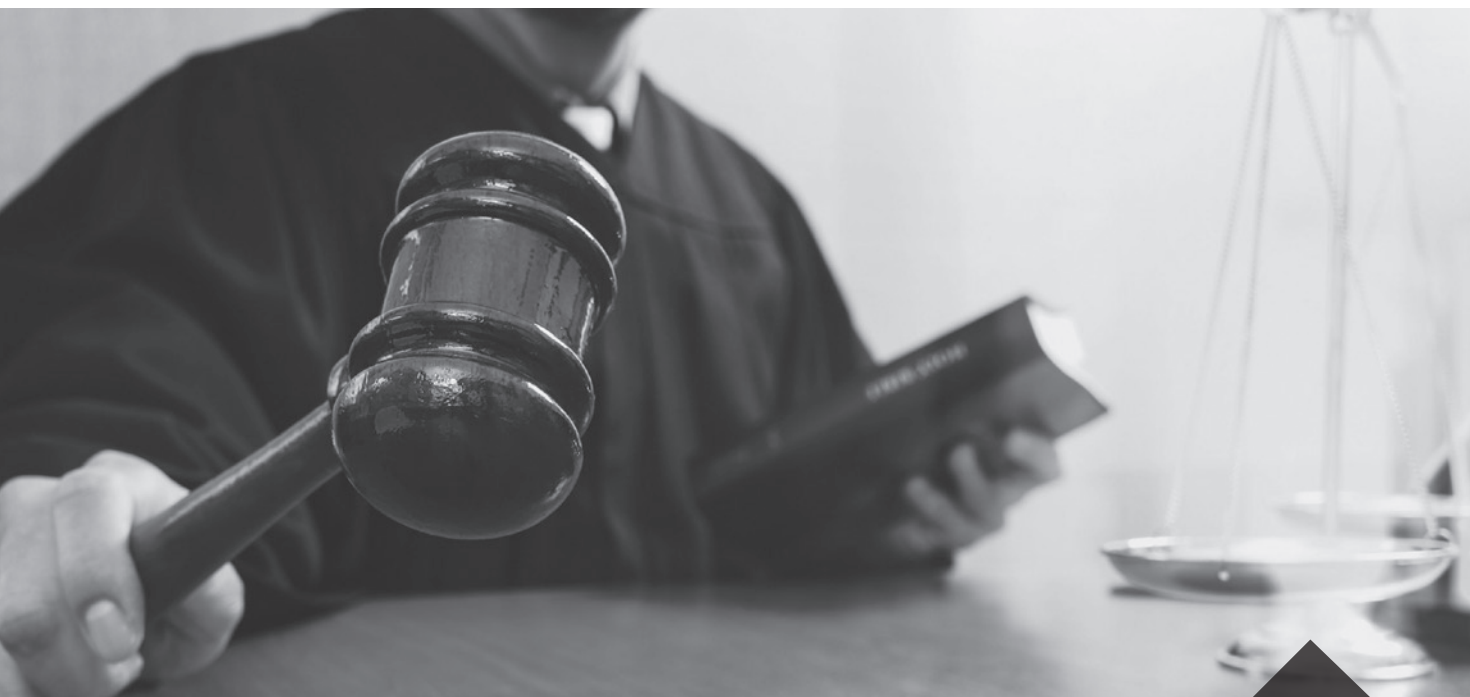


JUDICIÁRIO



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a farsa jurídica da condenação de Lula. Escondidos atrás de malabarismos jurídicos, os ministros mostraram que têm lado na maior perseguição a um líder político após a Constituição de 1988.

A farsa na condenação de Lula

Foram horas de um espetáculo de cinismo e engenharia jurídica. Os ministros do STJ sabem que a decisão de Moro é ruim e mal fundamentada. Sabem também que faltam provas contundentes para a condenação de Lula. Ainda assim, escolheram se esconder na corriqueira “vedação do reexame de fatos e provas” na instância para manter a condenação.

Em síntese, atrás de muitas togas, gravatas e rocós intelectuais, a decisão dos ministros afirma que como o STJ só pode analisar a legalidade das decisões, a ausência de provas para a condenação não pode ser revista pela corte. No entanto, todos os ministros votaram pela redução da pena do ex-presidente, sob o argumento de que os fatos não eram tão graves, o que aumenta ainda mais a cena montada. Se o STJ não pode atestar a vasta insuficiência de provas no processo, como ele pode analisar que a pena imposta pelo TRF-4 foi exagerada? A redução da pena serviu à demonstração cênica de que há alguma aberração no processo.

A sessão foi transmitida na íntegra via internet e retransmitida em canais de TV fechada. O espetáculo estava montado. Os nós nas gravatas dos quatro ministros estavam perfeitos. As togas, impecáveis. As camisas, sem nenhuma marca de amassado. Até o fotógrafo vestia uma toga brilhante. No início da sessão, a transmissão estava péssima, e logo foi corrigida por uma imagem de qualidade que faz inveja às novelas da Globo.

Não havia sustentação oral da defesa, apenas os ministros falaram. Toda a sessão foi marcada por uma verdadeira cena de filme, mais um capítulo da vergonhosa história que vive o Brasil. A direção e o roteiro parecem ter saído do prédio do Ministério da Justiça, que fica a menos de dois quilômetros do STJ. O julgamento foi uma peça muito ruim de teatro, com personagens sem graça que muito falaram e nada se fizeram entender.

Durante o julgamento, muitos fóruns de discussão e defesa de Lula afirmavam que não entendiam

o que estava acontecendo, pedindo ajuda para as “pessoas jurídicas” que ainda existem na defesa da democracia. Curioso que, segundos após o fim do julgamento, a Globo News voltou aos seus estúdios explicando detalhadamente o conteúdo da decisão. Só essa diferença de compreensão já nos aponta para quem de fato foi o recado principal daquela peça vergonhosa que havia terminado.

Os espectadores do lado de lá rapidamente se mobilizaram na hashtag “acelera TRF-4”, com medo de a diminuição da condenação de Lula resultar numa eventual prisão domiciliar. É isso mesmo: pessoas físicas, com vida normal, rapidamente fazem campanha aberta para um tribunal alterar o ritmo de seu trabalho e com isso prejudicar um réu.

O espetáculo de cinismo e degradação jurídica estava concluído. Com os requintes de inúmeras autorreferências e elogios trocados que podiam passar ao espectador desavisado a sensação de que aquela era uma seção das ágoras gregas. Nem o STF faz isso mais. Estamos mais acostumados a assistir episódios como “me poupe dos seus sentimentos ruins”, ou “falsos heróis despreparados, cretinos, coisa de gângster”.

É interessante entender como essa cena impecável do STJ foi possível em meio a uma das maiores crises da história do STF. O mês de abril foi marcado por um verdadeiro incêndio na maior corte jurídica do Brasil. Há um racha no Supremo entre os ministros que já aderiram ao partido do lavajatismo e aqueles que, por mais que possuam razões contraditórias, ainda se portam em defesa de algum grau de estabilidade democrática para o país.

É nesse contexto que se encontram os processos de Lula, a Lava Jato e o sistema jurídico brasileiro. Em tempos sombrios, os precedentes sobre o comportamento do Judiciário brasileiro não são alvissareiros. Os atos institucionais da ditadura bra-

sileira eram considerados constitucionais. O Judiciário brasileiro foi um leão contra a candidatura de Lula à presidência em 2018 e foi um gatinho com o escândalo das fake news e do whatsapp da campanha de Bolsonaro.

A opinião pública brasileira sempre se portou de forma contraditória com as narrativas de perseguição. Até hoje há dúvida sobre as barbaridades do Estado na ditadura. Sobre Lula, é muito comum a resposta: “ah, então você está dizendo que ele tem sete processos, está preso há um ano, e não fez nada?”. Isso porque o sistema legal é forjado para uma linguagem e estética que, de tão incompreensíveis, se tornam mais legítimas pela pompa do que pela capacidade de justiça social. O que vale mais: a toga/farda, ou a verdade?

Sobretudo no sistema penal, o direito, em sua faceta mais cruel, vale para os pobres, ou para aqueles que possuem algum grau de desprezo das elites que compõem o Poder Judiciário. Lula sabe disso, e por isso mesmo insiste no respeito às instituições e cumpre as absurdas decisões tomadas contra ele. Porque sabe que apenas a reversão desse processo pode acarretar alguma transformação capaz de tirar o país dessa degradante situação. Se fugisse, Lula seria um fugitivo, não um herói. Preso, Lula é um cidadão digno que aguarda o restabelecimento da Justiça sobre a sua situação. Ele já sabe que a história o absolverá. Falta o presente.

Sobre o Judiciário, não é possível esperar que saia perfume de onde sempre saiu água turva. As pessoas precisam entender isso. Lula parece compreender que apenas uma alteração na conjuntura pode provocar o fim dessa tragédia. O direito não foi criado para alterar a conjuntura, e sim para mantê-la. O papel aceita tudo. A situação não é política, é humana, e trata de verdade e justiça contra o privilégio e a indiferença.